



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2023.

(Do Senhor EDUARDO DA FONTE)

Solicita ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia informações sobre a emissão dos ativos de crédito de descarbonização (CBIO).

Senhor Presidente,

Com fundamento no §2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 115, I, c/c o art. 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES** solicitando os seguintes dados:

1) Qual a participação dos pequenos e médios produtores na produção de matéria-prima destinada à produção de biocombustíveis, indicando o percentual por Estado da Federação?

2) Qual a proporção de matéria-prima utilizada pelos produtores de biocombustível foi produzida pela própria empresa e qual a qual foi adquirida de terceiros, indicando o montante por empresa e por Estado da Federação?

3) Relacionar os produtores de biocombustível (emissores primários) autorizados a emitir CBIOs desde o início do RenovaBio, indicando o número de certificados por empresa e por Estado da Federação.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Apresentação: 14/12/2023 22:34:52.430 - Mesa

RIC n.3118/2023

4) Qual o volume financeiro dos CBIOS desde o início do RenovaBio?

### JUSTIFICATIVA

A Lei nº 13.576, de 2017, instituiu a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) com o objetivo de ampliar a produção e o uso de biocombustíveis na matriz energética brasileira. O RenovaBio leva em consideração a relação entre a eficiência energética e a redução das emissões de gases de efeito estufa, visando auxiliar na descarbonização da matriz de transportes brasileira e contribuir para a segurança energética e a previsibilidade do mercado.

Um dos instrumentos para a concretização da RenovaBio é a certificação da produção de biocombustíveis e o Crédito de Descarbonização (CBIO). A participação dos produtores de biocombustíveis (emissores primários) no programa RenovaBio é voluntária. Os produtores que certificam sua produção com base em Análise de Ciclo de Vida (ACV), de acordo com a Resolução da Agência Nacional do Petróleo (ANP) nº 758/2018<sup>1</sup>.

Conforme a Resolução da ANP acima citada, os produtores são avaliados e recebem notas de eficiência energético-ambiental. Essas notas são multiplicadas pelo volume de biocombustível comercializado que atende aos critérios de elegibilidade do programa, resultando, assim, na quantidade de CBIOS que determinado produtor poderá emitir e negociar no mercado, respeitando o estabelecido pelo Ministério das Minas e Energia, na Portaria MME nº 419/2019<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> <https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-758-2018-regulamenta-a-certificacao-da-producao-ou-importacao-eficiente-de-biocombustiveis-de-que-trata-o-art-18-da-lei-no-13-576-de-26-de-dezembro-de-2017-e-o-credenciamento-de-firmas-inspetoras?origin=instituicao&q=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20ANP%20n%C2%BA%20758/2018>

<sup>2</sup> <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-419-de-20-de-novembro-de-2019-228863910>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Apresentação: 14/12/2023 22:34:52.430 - Mesa

RIC n.3118/2023

O ativo ambiental CBIO equivale a uma tonelada de carbono. No caso do etanol, as empresas com menor intensidade de carbono precisam de cerca de 650 litros do biocombustível para gerar um CBio.

A definição da quantidade de crédito de descarbonização por tipo de biocombustível considera o volume produzido importado ou comercializado pelo emissor primário. A aquisição da CBIO é compulsória para os distribuidores e é definida de acordo com as metas de descarbonização anuais.

O registro do crédito de descarbonização é feito inicialmente na Plataforma CBIO. Depois do registro, o emissor primário do CBIO solicita a sua emissão por uma instituição financeira denominada escrituradora.

Após a emissão, a escrituradora irá ofertar a venda do CBIO na plataforma de negociação da Bolsa de Valores (B3). Trata-se, portanto, de um título negociável na B3 que estimula que a produção de biocombustíveis no Brasil.

De acordo com a regulamentação, as metas individuais dos produtores de biocombustível são definidas em unidades de CBIOs, que devem ser comprados pelos distribuidores e “aposentados”, ou seja, retirados em definitivo de circulação do mercado, até 31 de março do ano seguinte para comprovação do cumprimento da meta que lhes foram atribuídas pela ANP.

A Agência fixa uma meta anual de descarbonização para cada distribuidor de combustível fóssil, calculada com base na proporção de combustíveis fósseis que comercializa. Fixada a meta, a ANP obriga essas distribuidoras a adquirir os CBIOs necessários para atingir as metas estabelecidas individualmente.

Segundo dados da ANP, em 2022, eram aproximadamente 324 processos e certificações de CBIOs, assim divididas por Estado da Federação:<sup>3</sup>

<sup>3</sup><https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiMmY2MDIiOTgtNWVRhNy00YmQ4LTk3ZTItNTNlNGNjZjBhNDVhliwidCI6IjQ0OTlmNGZmLTl0YTtytNGl0Mi1iN2VmLTl0YyNGFmY2FkYzkyMyJ9>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

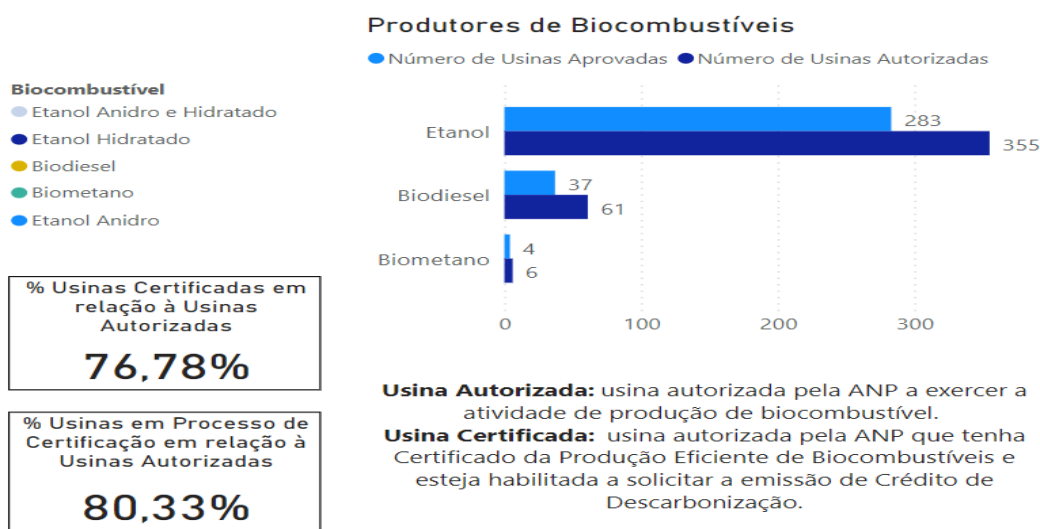


Painel Dinâmico RenovaBio

Processos Certificações e Renovações por Estado



Especificamente em relação ao número de unidades produtoras de biocombustíveis no Brasil, conforme a ANP, são os seguintes os dados referentes às usinas autorizadas (que possuem autorização para produzir) e às certificadas (autorizadas a solicitar a emissão de CBIOS):<sup>4</sup>



<sup>4</sup>[https://app.powerbi.com/view?](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiMmY2MDIiOTgtNWRRhNy00YmQ4LTk3ZTItNTNlNGNjZjBhNDVhliwidCI6IjQ0OTlmNGZmLTl0YTtytNGlOMi1iN2VmLTExNGFmY2FkYzkyMyJ9)

[r=eyJrJoiMmY2MDIiOTgtNWRRhNy00YmQ4LTk3ZTItNTNlNGNjZjBhNDVhliwidCI6IjQ0OTlmNGZmLTl0YTtytNGlOMi1iN2VmLTExNGFmY2FkYzkyMyJ9](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiMmY2MDIiOTgtNWRRhNy00YmQ4LTk3ZTItNTNlNGNjZjBhNDVhliwidCI6IjQ0OTlmNGZmLTl0YTtytNGlOMi1iN2VmLTExNGFmY2FkYzkyMyJ9)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237966777800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo da Fonte

Apresentação: 14/12/2023 22:34:52.430 - Mesa

RIC n.31118/2023





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Apresentação: 14/12/2023 22:34:52.430 - Mesa

RIC n.3118/2023

O MME informa que a meta do RenovaBio para 2023 é a emissão de 37,47 milhões de CBIOS e que o balanço de 2022 apontou os seguintes números:<sup>5</sup>

- Meta: 35,98 milhões de CBIOS;
- CBIOS emitidos: 31,23 milhões;
- CBIOS disponíveis (emitidos+estoque): 41,67 milhões;
- CBIOS aposentados até 31 de dezembro de 2022\*: 16,82 milhões;
- Valor médio do CBIO: R\$ 111,63; e
- Volume financeiro: R\$ 3,4 bilhões.

Um dado importante a considerar é que o valor do CBIO e o volume financeiro tem experimentado um aumento considerável entre 2020 e 2022, conforme aponta o MME:<sup>5</sup>

Ano	CBIOS emitidos	Valor médio do CBIO	Volume financeiro
2020	18,50 milhões	R\$ 43,66	R\$ 650,3 milhões
2021	30,88 milhões	R\$ 39,31	R\$ 1,17 bilhões
2022	31,23 milhões	R\$ 111,63	R\$ 3,4 bilhões

Há no nosso entendimento uma distorção no RenovaBio que precisa ser corrigida e o acesso aos dados solicitados irá permitir o melhor entendimento do problema.

É indiscutível a importância do RenovaBio para o Brasil e para o meio-ambiente global. É importante que as usinas e os demais membros da indústria do biocombustível continuem podendo emitir e negociar os CBIOS pelo etanol fabricado.

No entanto é preciso entender que a matéria prima utilizada pela indústria do biocombustível é proveniente, majoritariamente, de pequenos e médios produtores de cana-de-açúcar e de outros tipos de biomassa.

<sup>5</sup> <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/renovabio-1/balanco-renovabio>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

É uma distorção, sobretudo porque somente a indústria é beneficiada pela emissão do CBIO, muito embora sejam os produtores rurais da matéria prima que retiram CO2 da atmosfera, através do processo da fotossíntese, e que permitem às usinas produzir biocombustível. A renda gerada pelos CBIOs deve ser compartilhada com os produtores de matéria prima, por uma questão de justiça.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2023.

**Deputado EDUARDO DA FONTE**  
PP/PE

